

PARECER Nº 2 , DE 2017 - CCJ.

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2017, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Ruben Ferreira da Costa".

Autoras: Deputadas CELINA LEÃO e TELMA RUFINO

Relator: Deputado PROFESSOR ISRAEL

I - RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Decreto Legislativo nº 267 de 2017, de autoria das Deputadas Celina Leão e Telma Rufino, lido em 18/04/2017, que visa conceder o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Ruben Ferreira da Costa.

Em sua justificação, as autoras da proposição realçam as realizações do homenageado, com ênfase nos aspectos que justificam a concessão da referida comenda.

A proposição foi aprovada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais em reunião realizada em 23 de agosto de 2017.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, mais exatamente pela combinação dos art. 30, inciso I e art. 32, § 1º, compete ao Distrito Federal legislar sobre assuntos de interesse local, *verbis*:

Art. 30 – Compete aos municípios;

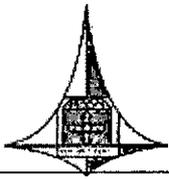
I – legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Art. 32 - ...

§ 1º - Ao Distrito Federal são atribuídas às competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

RS.



Por sua vez, a Lei Orgânica do Distrito Federal, na atribuição das competências privativas da Câmara Legislativa, relaciona em seu artigo 60, inciso XLI, *in verbis*:

Art. 60 -

....

XLI - conceder título de cidadão benemérito ou honorário, nos termos do regimento interno.

Remetidos ao Regimento Interno desta Casa, citamos o art. 63, inciso I, que *in verbis*:

Art. 63 - Compete à Comissão de Constituição e Justiça:

I - examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Sobre o tema específico da concessão de títulos de cidadão honorário e cidadão benemérito de Brasília, cumpre salientar o teor da Resolução nº 250/2011, que regulamenta a concessão das referidas comendas.

Tratando-se de concessão de título de cidadão honorário, salienta-se que a proposição deve atender o disposto no art. 2º da sobredita resolução, *in verbis*:

Art. 2º O indicado ao título de Cidadão Honorário de Brasília deverá satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos:

I – não ter nascido no Distrito Federal;

II – residir, ou ter residido, no Distrito Federal por período superior a quatro anos;

III – ter praticado atos de relevante interesse social para a população do Distrito Federal;

IV – ser pessoa de notório reconhecimento público;

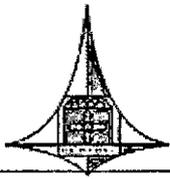
V – possuir idoneidade moral e reputação ilibada.

Parágrafo único. A proposição deverá vir acompanhada de currículo ou de histórico com a trajetória do homenageado.

Além dos requisitos já elencados, é necessário observar o teor dos arts. 5º e 6º da Resolução¹, que versam sobre a vedação da concessão dos títulos de cidadão benemérito e honorário a detentores de mandato eletivo e ocupantes de cargo de

¹ **Art. 5º** É vedada a concessão dos títulos de que trata esta Resolução a detentores de mandato eletivo e a ocupantes de cargo de provimento em comissão na Administração Pública.

Art. 6º É ainda vedada a concessão dos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito de Brasília no período compreendido entre noventa dias antes e noventa dias depois de eleições realizadas no Distrito Federal.



provimento em comissão na Administração Pública, bem como a vedação a concessão da comenda, 90 dias antes e 90 dias depois das eleições realizadas no Distrito Federal.

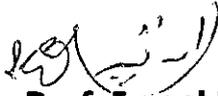
Pelo compulsar das informações contidas nos autos do processo legislativo, é possível verificar o atendimento de todos os requisitos elencados na Resolução nº 250/2017, ressaltando que o atendimento dos incisos III, IV e V do art. 2º, constituem mister reservado ao autor da proposição em sua justificação.

Pelo exposto, somos pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Decreto Legislativo nº 267/2017, de autoria das nobres Deputadas Celina Leão e Telma Rufino no âmbito dessa Comissão de Constituição e Justiça.

É o voto. ✓

Sala das Comissões, em

Deputado Prof. Reginaldo Veras
Presidente


Deputado Prof. Israel Batista
Relator